

ÍNDICE

Prefácio.....	9
Principais abreviaturas utilizadas	27
Apresentação.....	29
Agradecimentos	33

INTRODUÇÃO

1. Colocação do problema	39
2. Delimitação do objecto e âmbito do estudo	47
3. Sequência da exposição	54

CAPÍTULO I

O ESTADO DA QUESTÃO NO DIREITO PORTUGUÊS

4. Notas históricas: a evolução dos mecanismos de fiscalização financeira em Portugal.....	59
5. O conceito de empresa pública e distinção de figuras afins: primeira aproximação	106
6. A reforma do Tribunal de Contas e as funções de fiscalização financeira desta instituição em relação às empresas públicas, sociedades de capitais públicos e sociedades de economia mista controladas ou participadas	116
7. A intervenção do Tribunal de Contas em matéria de reprivatização de empresas nacionalizadas	120
8. A intervenção do Tribunal de Contas em matéria de alienação de participações do sector público.....	123

9. A intervenção do Tribunal de Contas em matéria de transferências e subvenções financeiras do Estado.....	124
---	-----

CAPÍTULO II

DIREITO COMPARADO

10. Sistemas de fiscalização financeira externa das despesas públicas: caracterização genérica	129
11. A fiscalização por Tribunais de Contas e instituições equivalentes do Sector Empresarial do Estado: generalidades	135
12. Idem: critérios de selecção e método comparativo utilizado.....	147
13. Idem: as recomendações da INTOSAI matéria de controlo das empresas públicas.....	150

A — Países da Comunidade Económica Europeia

14. O direito Alemão.....	165
15. O direito Belga.....	187
16. O direito Holandês.....	201
17. O direito Francês.....	210
18. O direito Britânico.....	251
19. O direito Italiano.....	265
20. O direito Espanhol.....	298
21. O direito Dinamarquês.....	317
22. O direito Grego.....	322
23. O direito Luxemburguês.....	330
24. O direito Irlandês.....	336

B — Outros países, membros da INTOSAI

Países Europeus

25. O direito Austríaco.....	346
26. O direito Norueguês.....	359
27. O direito Suíço.....	366
28. O direito Sueco.....	370

Países da América do Sul

29. O direito Brasileiro.....	377
30. O direito Argentino.....	392
31. O direito Venezuelano.....	399
32. O direito do Equador.....	409

Países da América do Norte	
33. O direito Canadiano	415
34. O direito dos Estados Unidos da América do Norte.....	427
Países do Médio Oriente	
35. O direito de Israel.....	439
Austrália e países asiáticos	
36. O direito Australiano.....	454
37. O direito Indiano.....	460
38. O direito Japonês.....	466
C — Países de Língua Oficial Portuguesa	
39. O Direito de Cabo Verde.....	472
40. O projecto de estatuto do Tribunal de Contas da Guiné-Bissau	480
D — Nota sobre o projecto de estatuto do Tribunal de Contas de Macau	
E — Nota sobre o Tribunal de Contas das Comunidades Europeias na sequência da aprovação do Tratado da União Europeia em Maastricht, Fevereiro de 1992	
F — Resumo e conclusões	

CAPÍTULO III

O CASO PORTUGUÊS: A SUJEIÇÃO DO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO À FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS

41. Considerações gerais: enquadramento constitucional.....	535
42. O objecto da fiscalização: as entidades empresariais a sujeitar à fiscalização financeira do Tribunal de Contas.....	541
43. O âmbito da fiscalização.....	572
44. A forma da fiscalização.....	574
45. Intervenção do Tribunal de Contas no processo de reprivatização de empresas nacionalizadas.....	576
46. Intervenção do Tribunal de Contas no processo de alienação de participações do sector público.....	577

CAPÍTULO IV

CONCLUSÕES GERAIS E FINAIS

47. Conclusões gerais e finais	583
--------------------------------------	-----

CAPÍTULO V

PROPOSTA DE DIPLOMA LEGAL

48. Proposta de diploma legal	627
Bibliografia	633
Documentação.....	647
Legislação Portuguesa em vigor	649